

2

Rio de Janeiro: uma cidade em mudança

2.1

A história de uma cidade em revolta

A cidade do Rio de Janeiro sofreu, ao longo do século XIX, mudanças que marcaram tanto seu aspecto físico quanto social. As primeiras mudanças foram já sentidas com a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808.

A Corte portuguesa trouxe para a cidade, além das mudanças urbanas, a centralidade política. Às condições preexistentes de cidade cosmopolita foi somado ao centralismo político do país e a cidade passou a ser o centro dos acontecimentos políticos e cultural de todo país, transformando-se, também, em lugar onde as novidades inspiram outras regiões do país. O ideal europeu de civilização será incorporado definitivamente pela elite brasileira, afinal a cidade mais importante do trópico, voltada para o exterior, deveria ter o aspecto e os hábitos europeus.

A cidade, que até então, crescera com a função de porto, por onde escoavam as mercadorias do “sertão” para Portugal ou mesmo para outros países com os quais os grandes comerciantes da cidade faziam negócios independentes do interesse da Coroa, garantiu ao Rio de Janeiro, um aspecto mais cosmopolita que outras cidades do interior do país. A capital da colônia tornou-se o lugar da circulação de idéias e culturas diferentes, despertando outros interesses além daqueles indispensáveis à circulação de mercadorias. A identidade da cidade era reforçada a cada contato com os estrangeiros que aqui aportavam. O contato com outros costumes e hábitos desenvolveu a capacidade de seus habitantes a conviverem com as diferenças. As novidades contribuíam como argamassa para a formação da cultura urbana da cidade (Azevedo, 2002).

Os 15 mil reinóis, que desembarcaram no Rio de Janeiro no início do século XIX, representavam um terço da população da cidade (Benchimol,2002), estimada

em 50 mil habitantes. Faltavam moradias para alojar esses portugueses recém-chegados e a solução imediatamente encontrada foi à transferência dos moradores das melhores casas para outras mais simples, enquanto a Corte era acomodada. O estabelecimento da Corte comprometeu o equilíbrio da cidade em termos de quantidades de moradias, pois não havia número suficiente de casas para alojar esse número de imigrantes que chegavam com a família real portuguesa.

O problema de moradia foi sempre uma constante nessa cidade estreita que se espremia entre o mar e os morros que a ladeiam e a situação tornou-se crítica quando aportou, abruptamente, esse contingente de portugueses vindos da Corte. A partir desse momento percebemos que a cidade transformou-se rapidamente em pólo de atração, pois os mais endinheirados queriam residir próximos ao centro do governo e com eles chegavam mais trabalhadores braçais. Rapidamente a população duplicou em um espaço de dez anos. No centro da cidade foram construídos mais de 600 sobrados (Benchimol, 1992), aumentando, assim, a circulação e os problemas de saneamento e abastecimento dessas ruas estreitas.

No entanto, a cidade ainda mantinha aspectos de cidade colonial. E o grande movimento que ainda ocorria nas ruas estreitas, próximas ao porto, era intenso. Escravos, obrigados a tarefas diárias no embarque e desembarque das mercadorias e, mesmo, os homens livres e pobres, que se empregavam no comércio dessas ruas, dinamizavam o cotidiano do centro do Rio de Janeiro. A cidade foi muitas vezes comparada a cidades africanas pelos viajantes que chegaram ao Brasil a partir de 1808, logo após o desembarque da família real portuguesa no porto do Rio de Janeiro, devido à grande circulação de escravos e aos inúmeros comércios realizados nas ruas do centro.

Quitandeiros, leiteiros, açougueiros e toda a sorte de pequenos comerciantes expunham suas mercadorias em tabuleiros pelas ruas da cidade. Costumes como o de ordenhar as vacas na frente da freguesia levava para as ruas, todas as manhãs, manadas inteiras que contribuía para o péssimo aspecto e limpeza das ruas da cidade (Benchimol, 1992). De fato, a cidade, com suas ruas pequenas e sujas, não estava preparada para receber a Corte portuguesa. As áreas mais valorizadas da cidade eram, assim, aquelas próximas ao porto. Nesse espaço os comerciantes

brasileiros e portugueses construíram os sobrados que tinham dupla função, serviam como moradia e ponto de comércio.

A cidade, a partir do desembarque da Família Real, viu assim seu espaço urbano ampliado. A área urbana central que compreendia, até então, as freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana sentiram logo os efeitos desse adensamento populacional. Os bairros, chamados Cidade Nova, foram projetados a partir de aterramentos dos mangues para estabelecerem as novas residências. Assim, nas áreas mais afastadas, residências aristocráticas foram construídas. Da Quinta da Boa Vista até a ponta do Caju, os sítios e chácaras cederam o lugar para as novas moradias¹.

A expansão da cidade também seguiu em direção à zona sul. Nos bairros da Glória e Catete, as chácaras foram substituídas progressivamente pelos sobrados, menos as chácaras e fazendas, mantidas de Laranjeiras até a distante São Joaquim da Lagoa.

Não apenas o aspecto físico da cidade sofreu mudanças como também a vida da população que se alterou com o estabelecimento da Corte, porque transferiram boa parte do aparato administrativo português, e novos cargos foram criados com a finalidade de empregar os súditos portugueses que vieram em 1808. O número de funcionários régios aumentava a cada ano e muitos recebiam verba anual de custeio pago pelo Tesouro Real do Rio de Janeiro (Alencastro, 1997). Aumentou, também, a quantidade de grandes proprietários rurais que seguiram para o Rio de Janeiro, atraídos pelo brilho da Corte.

Faltava, porém, o conforto da Europa nessa cidade tropical. A entrada de bens diversos de consumo cotidiano e de luxo, então, foi facilitada pela Abertura dos Portos, ocasião em que o Brasil colônia passou a comercializar com as nações amigas de Portugal. Através dos portos livres chegavam às novidades, tanto em relação aos produtos europeus, quanto às inovações nos modos e costumes aos quais a população da velha cidade não estava habituada.

A presença da Corte transformou os hábitos da cidade e da população que circulava pelo centro da cidade, área que compreendia as ruas próximas ao porto até

¹ Mapa 1- Limites das Freguesias da cidade no século XIX.

os arredores do Campo de Santana. A rua do Ouvidor ficou repleta de lojas que comercializavam os artigos europeus, principalmente, aqueles ligados à moda. Nesses locais, vendiam-se de tecidos ingleses aos perfumes franceses e passavam, a ser freqüentados por mulheres, que iam à procura dessas novidades trazidas da Europa. As ruas da cidade, então, tornaram-se espaços acessíveis a todos, pois junto com as mercadorias circulavam homens e novas idéias.

Para animar a vida social da colônia foram construídos o Teatro São José, o Jardim Botânico, a Casa de Banho, a Biblioteca Nacional, a criação desses espaços públicos trouxe novos hábitos para a cidade, o dia-a-dia antes marcado pelo recolhimento cedeu lugar para uma exposição pública (Alencastro,1997).

Apesar das novidades que chegavam da Europa, dos prédios públicos construídos e das mudanças de velhos costumes, a cidade mantinha as características coloniais, marcadas, sobretudo pela presença da escravidão. Praticamente todos os serviços eram realizados por escravos: o abastecimento de água das casas, a retirada de dejetos, a venda de mercadorias, os serviços domésticos e os das lavouras, todos praticados pela mão de obra escrava.

Mesmo após a Independência do Brasil em 1822, o Rio de Janeiro funcionava como uma região de ligação comercial tanto dos produtos que chegavam do interior do país como daqueles que vinham da Europa e eram encaminhados para as outras Províncias do Brasil. O grande fluxo de atividades geradas pelo comércio fazia circular a economia da cidade. A renda tributária do Rio de Janeiro superava em valor qualquer cidade das vinte Províncias do Império (Lobo, 1978). Com o início da produção de café na Província do Rio de Janeiro, a cidade teve um novo impulso econômico decorrente de lucratividade ligada a esse produto de exportação.

O café despontava, na primeira metade do século XIX, como o principal produto de exportação brasileiro e escoava através do porto do Rio de Janeiro rumo à Europa. Além disso, para incrementar a produção no Vale do Paraíba, chegava, através do porto da cidade, uma grande parcela dos escravos vindos da África e logo, eram comprados por fazendeiros interessados em aumentar a produção do café, que cada vez mais, alcançava preços altos no mercado europeu.

Os negócios realizados com a venda do café, com a compra e venda de escravos e, o próprio interesse dos produtores em obterem empréstimos e financiamentos transformava a praça do Rio de Janeiro em local das transações financeiras e, conseqüentemente, de centro econômico do Império. A cidade exercia, então, um grande atrativo para estrangeiros e brasileiros que buscavam oportunidade de negócios. A riqueza gerada com a produção de café e o fato de ser sede do governo imperial perpetrou na cidade do Rio de Janeiro uma preocupação com uma imagem mais civilizada, segundo o modelo europeu. Todavia não se tratava de reproduzir a vida e os costumes da Europa aqui nos trópicos, mas reorganizar o espaço público para atender as novas necessidades geradas com a produção de riqueza conquistada pela venda do café (Rodrigues, 2002).

Com a aproximação do fim da escravidão, a vida nas cidades se modificou. Muitos ex-escravos dirigiram-se para a cidade em busca de melhores condições de vida desistindo do trabalho nas áreas rurais, aumentando o contingente populacional de negros da cidade. Esse aumento contribuiu com o medo da população em geral e, em particular dos próprios políticos que temiam a desordem urbana além de protestos e quebra-quebras. Esse fato levou à fixação de regras capazes de diferenciar aqueles que transitavam nas ruas.

O grande número de escravos que permaneceram na cidade do Rio de Janeiro, trabalhando nos armazéns, no porto ou mesmo em residências, ou se ocupando dos mais variados serviços oferecidos, engrossavam o número de negros que habitavam na cidade. A presença de homens negros e escravos que circulavam pelas ruas era cada vez maior já que toda a engrenagem da vida econômica e social da cidade era conduzida pelas mãos dos escravos. Mesmo nas casas mais simples era comum a presença de escravos. Os cativos eram a força produtiva básica da economia urbana. Nas atividades portuárias, na carga e descarga das embarcações, como remadores e como carregadores (Coaracy, 1887), nos serviços domésticos, na manutenção das moradias (abastecimento de água e na retirada dos dejetos), no transporte das “cadeirinhas”, nas oficinas, nos canteiros de obras, em todos os ofícios possíveis, contavam com a presença dos escravos.

A presença de escravos era mais intensa nas principais freguesias da cidade. Nas áreas da Candelária, de São José, do Sacramento, de Santa Rita e Santana reuniam um contingente populacional de cerca de 200 mil habitantes, na década de 1850, sendo que a presença de escravos representava 38% desse total. Esse número se eleva se considerarmos que em cada três habitantes que viviam no município um era negro africano, livre ou escravo (Alencastro, 1997: 25).

Muitos desses escravos contaram, principalmente, na segunda metade do século XIX, com certa autonomia porque muitas vezes eles eram a fonte de renda de seus senhores. Eram, freqüentemente, alugados para serviços a terceiros, e também ofereciam o trabalho do negro ao mercado de serviços urbanos. Os senhores viam nessa prática a possibilidade de lucrarem com o trabalho de seus escravos, ao pô-los “ao ganho”. Assim, esses, diariamente, saíam às ruas com a finalidade de obterem um serviço como carregadores, moços de recados, lavadores de loja, ou qualquer outra atividade que lhes rendesse no final do dia a soma de dinheiro estipulada e exigida por seu proprietário. O que conseguissem a mais poderia ser destinado às economias do próprio negro e, ou com a própria sobrevivência. Os “escravos de ganho”, como eram conhecidos, eram cada vez mais comuns nas ruas da cidade, principalmente na Segunda metade do século XIX, no momento em que ocorria a dissolução do trabalho escravo na sociedade brasileira (Chalhoub, 1996 p.155).

2.2

As experiências de modernidade

As mudanças de interesses dos grupos urbanos foram sentidas, principalmente, na Corte, lugar dos debates políticos. Acompanhando a idéia de mudança, aumentando a crítica acerca da economia tradicional e do debate sobre as novas formas de exploração de mão-de-obra com o iminente fim da escravidão, foram incorporadas aos discursos desses grupos, novas perspectivas de crescimento econômico, social e, mesmo, urbano.

A cidade-capital² deveria refletir e adequar-se à modernidade. Até porque a cidade havia crescido em todas as dimensões, tanto populacionais quanto físicas, incorporando-se à malha urbana outras áreas antes não habitadas.

O Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, estabeleceu-se como vitrine externa da nação, ou pelo menos, no que se refere à idéia que a elite brasileira formava a respeito de nação. Neste sentido, a cidade tornou-se o espaço possível do exercício da política e, mesmo da representação da sociedade. A imagem de espaço ligado ao progresso e a ordem que passou a constituir o discurso da elite brasileira no século XIX, refletia o interesse em estabelecer o Brasil como o país civilizado dos trópicos. Para tanto, esforçavam-se por aproximar o país ao modelo de desenvolvimento e civilização europeus. O crescimento do número de negócios, que giravam em torno do café, principal produto de exportação do Brasil como um todo, trouxe uma nova dinâmica à economia do país (Needell, 1993) e, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro que permanecia como centro exportador de mercadorias e de negócios do Império. No entanto, apesar da riqueza que circulava na cidade, essa ainda apresentava traços da cidade colonial, tais como: ruas estreitas, pequeno comércio de ambulantes, falta de saneamento, entre outros fatores que contribuía para dar à cidade um aspecto que refletia o atraso do Brasil em relação aos países europeus no que se refere à questão de modernidade e civilização.

Modernizar e civilizar o Brasil, passou a representar o principal interesse do Estado a partir das últimas décadas do século XIX. O país necessitava, segundo o olhar dessa elite governante, estar incorporado aos projetos mundiais de desenvolvimento capitalista (Needell, 1993). O interesse em civilizar hábitos e gostos da população, transmitindo novos valores e novas formas de comportamento, exigia novas práticas pedagógicas para tratar a cidade e sua sociedade. As práticas pedagógicas, assim, foram implementadas de forma autoritária à medida que dissolvia a força, com a ajuda de especialistas, os saberes populares. As práticas, costumes e modos foram moldados de acordo com as normas sanitárias e dos bons

² A idéia do Rio de Janeiro como cidade-capital da qual me utilizo neste texto está presente no artigo de AZEVEDO, André N. A Capitalidade do rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In. Rio de Janeiro Capital e capitalidade. Departamento Cultural, UERJ.2002

costumes europeus e para evitar qualquer manifestação contrária às novas práticas pedagógicas o Estado contou com a participação da polícia da Corte.

O resultado foi associar progresso e modernidade ligados aos novos conhecimentos científicos, pois a ciência norteava todas as compreensões acerca da organização da sociedade. O novo, então, passava a ser o produto das ciências e da tecnologia, dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro não estava de acordo com a modernidade com suas ruas estreitas, mal iluminadas, sujas e tomadas pelo comércio ambulante, era local de circulação de homens pobres e escravos. Cabia, então romper com esse passado e impor os novos princípios.

Dessa forma, a modernidade era o apagar de todos os vestígios do passado. A ordem era partir do zero para a construção de uma nova sociedade mais civilizada, ocupando um espaço também civilizado. No entanto, a elite econômica do Império interessada em “modernizar” a cidade somente pôde fazê-lo na segunda metade do século XIX graças ao capital estrangeiro, sobretudo, inglês. Que passou a ser a base do transporte ferroviário. Esse fato representou, também uma diminuição dos custos com o transporte porque o preço das ferrovias era seis vezes menor que o realizado por animais. (Benchimol, 1992).

Essa nova aquisição fez com que o café chegasse com maior rapidez à cidade e forçou o melhoramento dos carris que o transportavam do Campo de Santana, linha final da E.F.D. Pedro II até o porto. Com isso, as melhorias nas instalações portuárias tornaram-se necessárias em face da defasagem entre a movimentação comercial e a velha estrutura portuária. Essas melhorias físicas foram acompanhadas pelo interesse em substituir o trabalho escravo pela energia a vapor.

A cidade adquiriu novos aspectos urbanos com a introdução de um transporte mais rápido para atender o escoamento do café. As antigas áreas de embarque e desembarque de produtos na orla da Prainha foram, aos poucos, substituídas. O café que chegava pela E.F. D. Pedro II, continuava a ser escoado pelas ruas estreitas e congestionadas da cidade. Todavia a Inglaterra como a grande potência econômica mundial, lançou-se à conquista de novos mercados para o consumo de seus produtos e exportação de capital excedente no século XIX. O principal objetivo em conquistar os mercados periféricos, como o brasileiro, facilitou os empréstimos de grandes

empresas para o Estado imperial que realizou investimentos diretos, principalmente, no setor de serviços.

O principal benefício obtido através do capital inglês foi a difusão dos transportes ferroviários. O objetivo do Império era estabelecer a ligação entre as áreas produtivas mais afastadas com o porto do Rio de Janeiro. O estímulo às empresas estrangeiras foi dado oficialmente com a promulgação da lei que garantia aos acionistas uma rentabilidade mínima de 5% para os capitais empregados e o direito de desapropriação de terras às margens das ferrovias e a complementação das províncias (Benchimol, 1992).

Esse fato relativo às melhorias no transporte de mercadorias contribuiu para que os empreendedores estrangeiros percebessem na nova dinâmica da cidade a necessidade da construção de meios de transporte coletivos para atender à população. Os bondes que surgiram nesse período traziam em si esse ar de modernidade para a cidade, principalmente em relação à rapidez com que os bondes iam de um ponto a outro da cidade. O Rio de Janeiro contava a partir desse momento, com a rapidez de um transporte que atendia ao público em geral. Frequentado por todas as camadas da sociedade, desde trabalhadores até os moradores de bairros mais distantes que se formavam em áreas fora do centro da cidade (Raison, 2000).

Os projetos apresentados apontavam para a necessidade de ampliar as ruas, melhorar as moradias, construir jardins e praças públicas, oferecer serviços de água e esgoto e, principalmente, aliviar as tensões populacionais sobre o centro da cidade, área populacional carente, onde se espremia uma população pobre que se mantinha próximos aos locais de trabalho. Além desse objetivo, o que as autoridades desejavam realmente era o controle dessa classe pobre de homens livres.

Os espaços urbanos e sociais, então, da cidade sofreram profundas mudanças a partir da introdução desses novos meios de transportes urbanos. As linhas de bonde ramificaram-se rapidamente para as zonas norte e sul da cidade. Na década de 1850, a primeira linha de bonde de tração animal foi inaugurada ligando a Praça da Constituição ao alto da Tijuca (Benchimol, 1992). No entanto, somente em 1868 com a Companhia Botanical Garden iniciou, efetivamente, os serviços de transporte urbano. Além do transporte, a companhia facilitou a ocupação de áreas mais

afastados do centro da cidade uma vez que estendeu seus domínios desde o bairro da Glória, local de moradia das classes abastadas, até as áreas distantes e despovoadas de Copacabana, Ipanema e Leblon .

O desenvolvimento das moradias das camadas elevadas para o sul da cidade, favoreceu o crescimento de um mercado de trabalho voltado para o comércio, serviços domésticos, além da construção de fábricas de tecidos estabelecidas em Laranjeiras, Gávea e Jardim Botânico, o que aumentou a necessidade de transporte para essas áreas, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, como mostra a tabela a seguir.

Anos	Passageiros Transportados
1870	3.035.465
1872	3.966.523
1876	5.960.140
1877	5.394.461
1879	7.750.355

Fonte: SANTOS, F. A. Noronha: op.cit. p.348-9.

Além dessa linha de bonde, outras foram criadas com a finalidade de atender à necessidade de transporte público e aliviar a pressão habitacional do centro da cidade. A Companhia de São Cristóvão, The Rio de Janeiro Street Railway, criada em 1869, percorria os bairros mais populosos e menos favorecidos economicamente. A Companhia oferecia bondes que saíam de São Francisco até São Cristóvão. Os bairros de Engenho Novo e Andaraí Grande (Andaraí, Vila Isabel, Maracanã e Grajaú) eram servidos pela Companhia Ferro Carril de Vila Isabel que partia do centro para essas áreas distantes. Praticamente, as áreas mais distantes foram incorporadas ao centro da cidade na segunda metade do século XIX.

A preocupação em alavancar o Brasil para os quadros de país “civilizado” provocou novos debates sobre a situação política, econômica e social do país,

passando os termos modernismo e modernização a permear os discursos dos políticos e intelectuais da Segunda metade do século XIX e início do século XX, porque a elite da cidade do Rio de Janeiro compreendia modernidade, civilização e progresso com base nas sociedades inglesa e francesa.

A tecnologia inglesa e a civilidade francesa eram os pontos dessa referência que guiavam as aspirações desse grupo. Com o Ministério conservador de Rio Branco (1871-1875) foi elaborado um plano urbanístico que objetivava a modernização e a higiene da cidade. Preocupado com as epidemias de febre amarela que assolavam a cidade, foram contratados técnicos, entre eles Pereira Passos, para elaborarem um plano de reforma urbana (Needell, 1993), sendo criada a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro em 1874.

O projeto previa a construção de praças e ruas amplas, com a finalidade de facilitar a ventilação e o escoamento das águas fluviais. As obras abarcariam as áreas que se estendiam do Campo da Aclamação até a raiz da serra do Andaraí, “vetor norte de expansão da cidade” (Benchimol, 2001), mas deixariam intocadas as ruas do centro da cidade, já que era previsto um grande número de indenizações aos moradores e proprietários que habitavam os bairros centrais. Previam-se ainda o melhoramento do canal do mangue e a canalização de diversos rios, para evitar as cheias no período de chuvas.

O projeto urbanístico seguia o modelo francês, inaugurado a partir de Haussmann³, priorizando-se as construções de grandes avenidas, uma delas ligando o Campo de Aclamação à raiz da Serra do Andaraí, nas proximidades da Travessa da Babilônia. Foram traçadas outras avenidas que beneficiariam os bairros de São Cristóvão, Andaraí e Vila Isabel. Essas construções objetivavam atrair para essas áreas um maior contingente populacional.

Segundo Benchimol (2001) “o projeto previa, ainda, a instalação de prédios para a realização de exposições permanente, das produções brasileiras, nas áreas do Matadouro da cidade.” E essas áreas de exposição seguiriam o modelo das exposições realizadas na Europa, com finalidade de divulgar as “novidades” do século.

³ Georges Eugène Haussmann, administrador nomeado por Napoleão III prefeito do Departamento de Seine (1863-1870) promoveram a transformação de Paris no modelo de metrópole industrial moderna imitada em todo mundo.

A Comissão preocupou-se também com as regras para a construção de edifícios particulares que seguiriam padrões e normas de higiene e estéticos conforme as reformas ocorridas em Paris. Até na forma de construir ocorreria intervenção da Comissão.

A orientação era abandonar a forma tradicional de construção e adequar-se às novas máquinas e normas técnicas construtivas. Apesar de o projeto ser de interesse do Estado Imperial; a falta de verbas públicas destinadas às obras malogrou o projeto de reforma. Apenas foram construídos alguns prédios e reformados outros, sem, contudo, envolver o plano espacial da cidade.

Aos poucos, a cidade modificava-se, não apenas seus aspectos urbanos, mas principalmente a lógica de organização social que até então caracterizava o Rio de Janeiro. A cidade, segundo Rodrigues (2002), passou a representar sentimentos alheios, com isso, reproduzindo uma modernização voltada apenas para a representação de valores externos os quais não havia ligação com a dinâmica interna do Brasil.

O interesse pela modernidade e pela civilização européia não se aplicou apenas aos projetos urbanos, a intelectualidade da cidade também aderiu aos discursos que pensavam um Brasil moderno, principalmente, a geração dos intelectuais de 1870, marcada pela crise da mão de obra no Brasil. Ou seja, as discussões que giravam em torno da questão do fim da escravidão, passam a se opor ao tradicionalismo e conservadorismo da sociedade brasileira. O Rio de Janeiro, dessa forma, passa a ser idealizada pelos românticos do século XIX, no entanto a cidade aparece apenas como o reflexo dos interesses de toda a Nação. A identidade da cidade se confundiu com o projeto de modernidade do Estado imperial e passou a ser a vitrine, a referência do cosmopolitismo brasileiro (Rodrigues, 2002).

2.3

Os intelectuais e a modernidade

A crítica aos valores e ao funcionamento do regime imperial foi a tônica da insatisfação da sociedade em geral e dos intelectuais de 1870, em particular. Afinal a estrutura de poder na qual o Império se constituía gerou uma estrutura hierarquizada, a qual alijava do processo político grande parcela da população, entre elas os intelectuais marginalizados politicamente. O acesso aos cargos públicos era controlado pelos conservadores e, mesmo pela família imperial, que reservava para os filhos de proprietários do Nordeste e do Vale do Paraíba as posições de destaque do regime. (Alonso, 2001, p 100)

A “geração de 1870”, como foi denominada pelos próprios contemporâneos, recebeu das escolas européias (Alonso, 2002) o suporte para o exercício da prática política e o parâmetro para a criação de um sistema de pensamento coerentes com a realidade do país. O repertório das idéias estrangeiras foi modificado e recriado com a finalidade de atender às necessidades da época.(Alonso, 2001). Essa intelectualidade encontrou outros parâmetros para fundamentar a crítica ao Império: “novo liberalismo”, “o darwinismo”, “spencerismo”, o “positivismo” e a República foram as teorias sociais escolhidas e adotadas para atingirem o objetivo de projetar o Brasil para o progresso.

As críticas à instituição do trabalho escravo e ao modelo de organização social do Estado imperial aumentaram, sobretudo, a partir da década de 1870. O Parlamento foi o centro desses debates que envolviam as propostas dos partidos: Conservador e Liberal, cada um buscando orientar, de acordo com seus projetos, novas diretrizes políticas, sociais e econômicas para o país. As divergências entre as opiniões desses partidos promoveram acalorados debates, principalmente, quando o assunto era o fim do trabalho escravo no Brasil.

A principal divergência referia-se à forma como a liberdade dos escravos deveria ser conduzida já que era iminente nesse período. Basicamente duas opiniões norteavam os debates, de um lado a opinião dos deputados que defendiam a libertação imediata e sem indenização para os proprietários de escravos, de outro, a do grupo que defendia a libertação gradual da escravidão a fim de não afetar a produção nacional.

Como vimos anteriormente, a proposta de libertar os escravos gradualmente foi aprovada com a intenção de garantir a ordem da sociedade imperial, uma vez que as instituições políticas do Império estavam em acordo com as demandas dos grandes proprietários de terras (Carvalho, 1996). O grupo político conservador - o saquarema, mais uma vez, ao orquestrar esses debates parlamentares, fez valer a organização do modelo econômico existente.

Essas discussões, no entanto não ficaram apenas no Parlamento. Alcançaram outros grupos sociais excluídos das instituições políticas formais, chegando, mesmo, até a imprensa e às ruas. Os debates parlamentares, principalmente, sobre a questão da mão-de-obra, eram acompanhados por indivíduos que não eram reconhecidamente cidadãos do Império (Carvalho, 2006).

Assim, as críticas ao modelo de Estado existente, iniciavam-se a partir dos grupos que compunham a própria estrutura do governo e não de grupos de fora (Alonso, 2002). As discussões internas desses grupos políticos abriram prerrogativas para outros grupos aliados do poder buscarem diferentes formas de inserção política. Buscaram divulgar suas idéias e prerrogativas de mudanças na política e na estrutura econômica, através dos órgãos da imprensa. Os jornais *Jornal do Comércio* e a *gazeta de Notícias*, de maior circulação na cidade, foram os grandes difusores das idéias reformistas. O espaço de discussão foi aberto nos jornais, nas revistas e, mesmo nos livros, através da imprensa, onde os descontentes expunham suas idéias e norteavam suas ações. Apesar de o governo não coibir as opiniões divulgadas através da imprensa, mantinha um certo controle sobre as atividades ilegais e, as reprimia diretamente através das forças policiais.

A imprensa representou uma alternativa para as críticas, para a apresentação dos projetos e para as reivindicações daqueles que se encontravam aliados da estrutura conservadora do Império. Daí seu caráter inovador, pois dava voz aos grupos que não podiam se fazer ouvir no Parlamento ou no Conselho de Estado. Os assuntos eram variados, apresentavam notícias do Brasil, crônicas de escritores como Machado de Assis e, notícias internacionais. Mas o tema principal era sempre os debates do Congresso no que se referia à solução para o país em relação à mão-de-obra e aos caminhos da modernidade brasileira. Através desses jornais, os intelectuais

encabeçaram a campanha abolicionista e, abriram as discussões sobre as instituições do Império desde o sistema de ensino até as questões relacionadas ao papel do poder Moderador.

Geralmente esses jornais eram vendidos a um preço acessível e alcançaram grande circulação nos centros urbanos, ampliando os debates para um público que, em geral, não era letrado, mas participava das discussões. As pessoas ficavam informadas sobre os últimos acontecimentos, graças aos comentários feitos ou mesmo, as leituras públicas desses periódicos.

Neste período também circularam nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, jornais de pequeno porte, quase que em forma de panfleto. Circulavam principalmente nas faculdades imperiais e todos mantinham um caráter reformista em relação às instituições do império bem como, da tradição cultural.

As propostas reformistas lançadas pelos liberais, mais do que abalar o regime, pretendia a sua manutenção. Reconheciam a necessidade de reestruturar as bases econômicas, políticas e sociais para garantir a sobrevivência do sistema vigente. As propostas de mudanças atingiam também o sistema judiciário porque propunham a ampliação do habeas-corpus, a transferência do poder de polícia para os juízes de direito, a reformulação da Guarda Nacional e por fim, a criação de novos cargos e postos burocráticos (Alonso, 2002: p.84). Muitas dessas reformas propostas foram discutidas no período do Gabinete do Visconde do Rio Branco⁴, todavia não atenderam às necessidades dessa sociedade diversificada, porque não concluíram as reformas pretendidas de incorporação social.

As reformas eram de interesse, principalmente, do grupo social que teve acesso à educação, mas não conquistou uma carreira pública. Para muitos a oportunidade de ascensão social foi possível graças à reforma na educação, com a ampliação dos cursos superiores o que favoreceu o acesso ao ensino para grupos de poucas posses.

⁴ José Maria da Silva Paranhos atuou sempre em oposição aos gabinetes liberais, até a ascensão do seu partido ao poder. Em fevereiro de 1871, atendendo ordem do Imperador, organizou um novo Gabinete que viria a ter longa duração. Após a queda de seu Gabinete, em 1875, reassumiu o cargo de Conselheiro de Estado bem como retornou ao Senado, onde tratou da reforma eleitoral, dos ajustes de paz com o Paraguai, das sociedades de crédito real e da administração financeira.

Todavia, ao termino do curso superior, esses grupos não encontravam posição de prestígio, e isso os levava a busca de novas formas de oportunidades políticas que não fosse através dos partidos existentes (Alonso, 2002). A identidade do grupo de letrados encontrava-se na própria marginalização política imposta pela estrutura imperial dominada pelos saquaremas. A dificuldade de acesso às instituições políticas era agravada pela marginalização em relação à sociedade de corte e às posições sociais de prestígios.

Como destaca Alonso, o grupo de intelectuais não era homogêneo em relação às idéias defendidas, cada um deles buscou uma via interpretativa para sustentar a crítica ao estado conservador. As críticas comuns, feitas pelos grupos de intelectuais, eram sobre o controle conservador na burocracia do Estado, na política e nos negócios descontentamentos e projetos. De acordo com Alonso (2002).

a nova estrutura de oportunidades políticas era mais permeável à manifestação pública e coletiva de insatisfação por grupos sociais marginalizados pela dominação saquarema. Deu assim as condições para a emergência de um fenômeno político novo, um movimento de contestação político-intelectual ao status quo imperial. (Alonso, 2002 : 95).

Esses grupos formados pelos membros da sociedade, que não eram contemplados pelos partidos políticos do Império, entre eles vários intelectuais que ingressaram no Partidos Liberal na ala mais radical, contribuíram com propostas inovadoras às antigas discussões sociais. Inaugurando, assim, uma nova cultura política. Aliados da participação na política tradicional do Império, os grupos menos favorecidos da sociedade, adquiriram condições de expressar publicamente suas opiniões, principalmente, a partir da década de 1870, quando as discussões foram ampliadas pelos novos grupos políticos, alterando, assim, as relações do Estado com a sociedade.

Esses intelectuais não faziam parte de uma escola de pensamento com idéias comuns a todos e a produção intelectual de 1870 antagonizava-se com o discurso conservador, produzido pelo governo dos saquaremas ". Essa geração construiu uma crítica coletiva às instituições políticas e aos modelos cristalizados como tradição político intelectual do Segundo Reinado: o liberalismo estamental, o indianismo

romântico, o catolicismo hierárquico” (Alonso, p.170, 2002) Para sustentar as críticas feitas ao Império eles recorriam aos autores franceses, ingleses e, mesmo, portugueses cujas teorias propunham reformas sociais. Ao lançarem mão desses esquemas conceituais, que atendiam às novas perspectivas sociais para explicar o Brasil, encontraram argumentos e justificativas para se diferenciar da tradição imperial. De acordo com a interpretação evolucionista da história adotada como interpretação para a formação e desenvolvimento do Brasil, o país encontrava-se em decadência devido a sua formação colonial que marcou as instituições políticas e sociais e impedia o seu desenvolvimento. Entre essas instituições estaria a monarquia. Para outros intelectuais, a decadência estava relacionada à organização econômica baseada na escravidão, no latifúndio e na monocultura de exportação. Esses esquemas interpretativos dos problemas brasileiros possibilitaram a esses grupos de intelectuais entenderem e proporem mudanças para o Brasil.

As contestações ao Império partiam, então, desses "intelectuais", e entre eles encontrava-se Lopes Trovão que tinha como base de suas críticas a experiência norte-americana de República, principalmente, quando defendia o modelo federativo de estado. Defendia a emancipação das mulheres, o casamento civil e a liberdade religiosa. Interessavam-se, ainda, por uma reforma completa do Estado, para tanto, propunham a descentralização político-administrativa e tributária, a implantação do liberalismo econômico e uma reforma política que ampliasse as instituições para além do círculo estamental. Para eles, somente através do sistema republicano a sociedade alcançaria essa modernidade política.

Esse grupo de intelectuais era formado por republicanos-liberais que faziam oposição, partindo da crítica à ação, fomentando as manifestações públicas que apontavam descontentamentos com a monarquia. Um desses episódios foi a revolta da população contra o aumento nos preços dos bondes _ revolta do vintém. José do Patrocínio e Ferreira Araújo escreveram na Gazeta de Notícias e, Lopes Trovão na Gazeta da Tarde contra o aumento das passagens e convocavam a população para uma mobilização contra esse aumento.

Outro grupo formado no período de 1870 foram os "novos liberais" que pleiteavam uma ordem institucional mais moderna para o Estado. Queriam a

ampliação do espaço público, com a incorporação de novos profissionais liberais ao quadro do governo, além disso, intencionavam a descentralização política e a mudança no sistema representativo que não dependesse da escolha por parentesco, mas por mérito, ou seja, pretendiam ingressar nos quadros institucionais através das qualidades profissionais.

No entanto, percebiam que não bastava a formação, era necessário ainda o bom nome de família para obtenção desses cargos já que imperava no Brasil o princípio de barganha de favores políticos ou do apadrinhamento. Mesmo que muitos membros pertencessem ao grupo desses novos liberais e estivessem vinculados às instituições do império, criticavam essa estrutura. Mas a estratégia política deles não estava no enfrentamento direto, procuravam conciliar suas propostas com a manutenção da ordem. Por isso, mantinham uma relação amistosa com o Estado, pois pretendiam reformas que assegurassem apenas a sua incorporação ao governo.

Apesar de contestarem o status quo imperial, em toda a sua estrutura política, econômica e social, agiam com a intenção de manter a ordem. Esses grupos não tinham uma proposta revolucionária, não desejavam uma ruptura drástica, temiam, mesmo a participação das massas populares nos processos de mudanças. Em seus projetos propunha a transformação controlada da sociedade e do sistema político, levando-se em conta as leis e as instituições. Temiam, sobretudo, que a ignorância e os envoltimentos apaixonados dessa população, pudessem ultrapassar os limites da "ordem" para satisfazerem seus interesses (Alonso, 2001: p.259).

Por isso, os intelectuais pretendiam o caminho ordeiro e controlável para as mudanças que, na realidade, eram apenas reformas do governo conservador. Na realidade, o que estava em jogo era defender a dilatação dos processos de decisão para serem ouvidos. Portanto, nunca ocorreu expandir esses direitos de participação para a população, ao contrário, para eles a gestão governamental deveria ficar a cargo de uma elite meritória.

Mesmo que esses grupos de intelectuais estivessem apenas empenhados em inventar formas diferentes para a velha organização social e política e manter a hierarquia social, principalmente, com a iminência do fim da escravidão no Brasil, o certo é que as opiniões e propostas políticas, sociais e econômicas ganharam espaço,

sobretudo, na imprensa. Contribuindo para a ampliação da opinião pública ao mostrar os descontentamentos em relação à organização do império.

A partir da década de 1880 do século XIX, as críticas desses intelectuais ao sistema monárquico tomaram forma de ações políticas, gerando contestações públicas sem muitos precedentes anteriormente. Criaram, para tanto, uma nova tática política de ação através das associações, passeatas, comícios públicos, banquetes e meeting. Esses espaços de contestação públicos mobilizavam a parcela da sociedade descontente com a ordem vigente. Com isso, ocorreram muitas mudanças no modo de fazer política na Corte, uma vez que se ampliou o debate das ruas sobre os diversos assuntos relacionados ao país, além de representar uma força a derrogar as instituições saquaremas montadas nos anos 1840 e, com elas, a própria forma monárquica. Importante, sobretudo na deslegitimação da tradição inventada e das instituições políticas que sustentavam o regime monárquico (Alonso, 2002).

As críticas feitas ao Estado tornaram-se públicas graças ao acesso e, mesmo, à criação de revistas e jornais que serviram de condutores para a divulgação de diversas opiniões e desfavoráveis à monarquia. As opiniões circulavam pelas ruas da cidade rapidamente e, na mesma velocidade, formavam-se as opiniões de uma parcela da população de não leitores, contra ou a favor do império.

Os debates públicos aumentavam tanto na qualidade, ao se discutirem as novas idéias, quanto na intensidade das discussões. Como vimos, uma parcela temida pelas autoridades, os capoeiras, apoiavam e defendiam a monarquia. O embate das opiniões acabou provocando disputas políticas acirradas que marcou o cotidiano da cidade nas décadas de 70 e 80 do século XIX. Quebra-quebra de jornais e revistas, disputas violentas de eleições, capoeiras incluídos nas disputas de muitos políticos, enfim, o clima de instabilidade do regime aumentava com essas novas experiências (Alonso, 2001).

2.4

Reflexões sobre a idéia de modernidade do século XIX

As transformações que alteraram a vida da cidade do Rio de Janeiro refletiam as novas experiências, as novas formas de participação política e o desgaste das instituições imperiais, que não representavam os interesses de uma grande parcela da sociedade. As novas idéias que chegavam da Europa e eram adaptadas, pelos intelectuais, de acordo com suas perspectivas de mudanças do regime, eram incorporadas pelos grupos mais pobres graças às relações cotidianas estabelecidas. A observação e o “ouvir dizer” formavam as opiniões e facilitavam a formação de uma opinião pública das gentes simples da Corte.

As novidades chegavam ao Brasil e, principalmente, à Corte com a velocidade dos trens. As notícias e todas as novidades do velho mundo chegavam aos Paquet periódicos de um canto a outro com rapidez, mudando os hábitos das pessoas. A novidade, desde a metade do século XIX, aportava periodicamente na porta da cidade, operando mudanças no comportamento das pessoas e divulgando as novas concepções sociais que tinham na individualidade os princípios que norteavam e marcavam o cotidiano dos indivíduos do final do século XIX (Alencastro, 2001).

As grandes exposições tiveram um papel fundamental na divulgação das “novidades” do século XIX. Como pretendiam, os países expositores, apresentar ao público o que havia de mais moderno no que se referia à produção, muitos países enviavam seus produtos exóticos para serem apreciados por pessoas ávidas por novidades e pelo exotismo. Apesar da crise política, mas interessado em fazer parte dos países modernos e na visibilidade que o país alcançaria, o império participou de forma mais contundente da exposição da Filadélfia em 1879, levando produtos agrícolas de exportação, além das frutas, das cestarias indígenas e das artes entre outros produtos que pudessem caracterizar o Brasil. A participação nas exposições e a intenção de muitos intelectuais em repensar a identidade brasileira contribuíram para provocar o gosto pelo que era original e singular na vida, nos modos e costumes do Brasil (Schwarcz, 1998).

As exposições universais contribuíram para divulgar as informações sobre formas de comportamentos e regras sociais de outros lugares. Esse fato também alterou o valor dos produtos nas relações de mercado, valorizando-se o novo em detrimento das mercadorias conhecidas. Com as mudanças no padrão de consumo, as

antigas feiras realizadas ao ar livre e a venda de produtos nas pequenas lojas foram, aos poucos, substituídos pelos grandes magazines.

As mudanças foram percebidas também nas artes plásticas. A invenção da fotografia contribuiu com a pintura, pois passou a oferecer uma imitação perfeita de natureza e os pintores puderam ousar nas técnicas e propostas da pintura. Liberou a arte para novas experiências fora dos antigos cânones (Benjamim, 1992). Todavia a fotografia, modernidade produziu, a “arte panorama”, uma “cultura de galeria” que deveria ser tanto consumida quanto descartada rapidamente. A superficialidade e jogo das aparências fazem com que tudo se transforme em mercadoria rapidamente absorvida como a grande novidade do momento.

O interesse pelas novidades, as mudanças de hábitos tanto comportamentais quanto de consumo romperam com as tradições e inauguraram novos hábitos. A essa idéia de mudança também está vinculada a concepção de progresso, idéia que exprime a evolução de uma sociedade mais atrasada para outra mais moderna. A modernidade significava acesso às novas tecnologias que podiam oferecer mais conforto à vida das pessoas ou impingir maior velocidade à produção das fábricas.

A crença no progresso da sociedade através do desenvolvimento científico e tecnológico e a valorização do tempo imediato favoreceram uma nova compreensão em relação ao presente e ao passado. Nesse sentido, modernidade supõe o esquecimento dos fatos passados e a valorização do presente e do imediato. O presente seria, então, apenas uma sucessão de novidades e não a compreensão do aqui e agora. Fervilhava a vida cultural na cidade. Aqueles, que se intitularam modernos, seguiam os modos e hábitos das cidades como Paris, Viena e Londres. O cosmopolitismo, desenvolvido pelas elites, favoreceu essa aproximação entre o Brasil e a Europa.

As tradições modernas, marcadas pelas contradições entre o antigo e o novo, entre o clássico e o moderno, entre a tradição e a originalidade, estariam refletidas nas obras de Baudelaire. A modernidade reconhecia Baudelaire que trazia o desejo pelo progresso do homem não só na economia, mas também, no mundo político e cultural. Ao desejo de progresso do mundo cultural se somaram as artes em geral. Em sintonia estavam também as modernizações materiais e espirituais. O conceito de

modernidade e de progresso estaria relacionado também à cultura e à expectativa de cada geração sobre o que é ser moderno.

Outro aspecto da obra de Baudelaire foi a concepção da vida moderna como um “grande show”. Nesse ponto, o espetáculo apareceria nas personagens que observariam sem se deixar impregnar por esse cotidiano. O artista, o observador, buscava apreender a vida moderna. A arte moderna deveria recriar o que a ciência e a tecnologia haviam promovido nas grandes metrópoles. Para Baudelaire, as novidades, produzidas do final do século XIX, seriam importantes, por também representar o afastamento do homem em relação à natureza humana, pois promoveriam afastamento de tudo que era grosseiro, terrestre e imundo.

A vida moderna poderia ser encenada ou percebida nas ruas das cidades. O homem moderno seria o “homem da rua” que faria parte de uma multidão que circulava pela cidade moderna. As ruas e os novos bulevares se encheriam daqueles que experimentavam as vidas modernas, cuja rapidez e novidades produzidas imporiam um novo ritmo no tempo das pessoas.

As cenas que distinguiriam os homens modernos, observados por Baudelaire, foram possíveis graças às mudanças, não somente em relação aos comportamentos, mas, sobretudo nos padrões urbanísticos, ocorridas na Paris do século XIX. Essas mudanças urbanas, projetavam o interesse do Estado pela reformulação do espaço público com a finalidade de promover a integração de áreas antes não ocupadas, além de afastar uma população não desejada e impedir movimentos de rua que pusessem em risco as tradições. Os grandes bulevares foram importantes no sentido de facilitar e oferecer visibilidade à modernidade.

A modernização da velha cidade medieval foi implantada graças à iniciativa de Hausmann. O projeto modernizador concebia novas vias e artérias a fim de facilitar a circulação da cidade. Os novos bulevares permitiram a intensificação do tráfego de um extremo a outro da cidade. Para abrir essas grandes artérias foi necessário eliminar as habitações miseráveis. Abriam-se, então, espaços também para as praças públicas onde circulavam aqueles que observavam e que se deixavam observar.

Todas as mudanças contribuíram para transformar Paris em um espetáculo, uma “festa para os olhos” e reafirmar a cidade como o modelo civilizado de ocupação de cidade. Até mesmo os hábitos tiveram que se adaptar à nova realidade, pois

nesse ambiente, a realidade facilmente se tornava mágica e sonhadora. As luzes ofuscantes da rua e do café apenas intensificavam a alegria: nas gerações seguintes, o advento da eletricidade e do neon só faria aumentar tal intensidade. Até as mais extremas vulgaridades, como aquelas ninfas do café, com as cabeças ornadas de frutas e guloseimas, tornavam-se adoráveis em seu romântico esplendor. (Berman, 1999, p:23)

As cidades seriam o espaço para as experiências urbanas e também o lugar das palavras e da ação do homem moderno e o local de observação dessa modernidade e das ruas dessa cidade. De acordo com o projeto moderno de cidade o fator importante seria o uso e a função dessa cidade, por exemplo, o processo de civilizar os seus habitantes. Todos deveriam saber se comportar na cidade, principalmente, nos novos espaços criados, nos quais se aprenderiam os novos padrões de convívios sociais.

A idéia de modernidade que chegou ao Brasil, no final do século XIX, também previa reformas urbanas na cidade. Embora o Estado imperial não tenha promovido as reformas necessárias para transformar a cidade em uma “cidade moderna”, existia o projeto de reforma urbana. A proposta comum apresentada refletia o interesse pela questão do uso e da função da cidade. A princípio a proposta de Pereira Passos que no início do século XX promoveria uma grande reforma na cidade como prefeito, nesse momento refletia o interesse pela reabilitação e integração do porto e da cidade, devido à necessidade da produção, principalmente, do café. Mesmo o Estado imperial não garantindo uma grande reforma no espaço público, foram realizadas obras que visavam a melhoria da cidade.

Além do porto, a cidade do Rio de Janeiro necessitava de sistema de saneamento, de comodidade e mesmo de embelezamento da cidade, sobretudo, no centro que se tornava cada vez mais interessante para a circulação do capital financeiro e comercial. A discussão girava em torno da regeneração estética e sanitária da capital. Os políticos do período encaravam essa modernidade como a luta

contra o passado colonial e incluía também a civilização da população que circulava nas ruas da cidade.

A função das obras públicas era redefinir e orientar o crescimento dessa cidade de forma mais racional e sistemática e que representasse o interesse dos grupos ligados à idéia de modernidade. Os espaços de integração e circulação da população provocavam mudanças profundas também na vida das pessoas. Costumes antigos, como o pequeno comércio ambulante, as práticas curativas e de comportamento foram sendo afastados do centro da cidade, e novos valores e práticas sociais foram sendo introduzidos nos espaços que eram criados com as reformas realizadas na cidade.

As novas idéias acerca de civilidade e modernidade diziam respeito também à vida das pessoas que observavam, interpretavam e se relacionavam com os projetos de reforma modernizadora. E, nessa perspectiva, a multidão se tornava um personagem dessa modernidade. As pessoas comuns encontravam um sentido político nas ruas, pois esse era o lugar da liberdade e da circulação das idéias, dos gostos e, principalmente, dos debates políticos.

Mesmo que grande parte dessa população fosse formada de analfabetos, as idéias circulavam nesse espaço graças aos cafés, aos encontros nas esquinas e às inúmeras livrarias que serviram como centros de informação. Assim, as ruas representavam o espaço de liberdade e de política, em que a população se politizava.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição significativa dos cronistas, entre eles, João do Rio que escreveu sobre o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro e a mudança dos hábitos no final do século XIX e início do século XX. As pessoas e situações comentadas pelo cronista traziam as perspectivas acerca da modernidade e daquilo que resistia e fazia parte da vida e da identidade da população.

Para João do Rio, o conceito de modernidade baseava-se no cotidiano das ruas da cidade, tal como em Baudelaire em relação à Paris. No entanto, a diferença entre as perspectivas de modernidade entre esses observadores modernos estaria nas concepções de história. João do Rio não pensava a modernidade como uma ruptura com o passado, nem a encontrava no desenvolvimento tecnológico e nas novidades que chegavam da Europa.

Para ele, a modernidade representava o diálogo entre o novo e o velho, entre o tradicional e a novidade, sendo que desse diálogo não fazia parte apenas a noção de progresso, mas refletia as próprias tradições. A modernidade seria dialética e, como tal, o novo que surgia dessa relação era histórico e trazia traços das tradições e permanências. A modernidade não superaria, então, os antigos hábitos, que continuariam como referência na qual podiam experimentar todas as novidades.

A referência às tradições envolvia o alargamento de idéias e possibilitava novas formas de interpretar e relacionar-se com essa modernidade que atingiu a cidade, principalmente, a “outra cidade” formada pelas pessoas comuns como foram retratadas nas crônicas desse autor. A outra cidade era o lugar das prostitutas, dos vagabundos, dos malandros e das operárias que apreciavam as novidades das lojas localizadas na Rua do Ouvidor. Nesse sentido, João do Rio identificou-se com essa modernidade enquanto observador do cotidiano. Aquele, que como uma máquina fotográfica, retrata a vida moderna.

2.5

A cidade perigosa

Apesar do interesse das elites cariocas em modernizar a cidade do Rio de Janeiro, essa ainda refletia o atraso não só na urbanização, mas também nas relações sociais e políticas. As críticas sofridas pela monarquia, a partir de 1870, e a dissolução do sistema escravista constituíram momentos de desgastes político e social. Por isso havia necessidade de reformular a relação do Estado com a população de homens livres e pobres, que aumentava a cada ano devido ao crescimento do número de libertos e da presença de estrangeiros na cidade.

Tratava-se, sobretudo, de repensar as práticas políticas institucionais em relação à disciplina e à ordem dos espaços públicos da cidade. De um lado estava a Junta de Saúde, que através da ciência médica, controlava os maus costumes das pessoas que

habitavam as “áreas perigosas”, e do outro, encontrava-se a polícia cujo papel era disciplinar as “classes perigosas”.⁵

A população da cidade, na segunda metade do século XIX, alcançou os patamares de 274.972 habitantes. Desse contingente, 48.939 eram escravos e 92.106 livres ou libertos. Muitos eram indivíduos sem profissão definida, desses 20.000 pessoas entraram na categoria de “criados e jornaleiros” que trabalhavam como empregados nas casas particulares e ou comércio e aqueles que apenas prestavam serviços temporários. Outros 44.381 habitantes trabalhavam nos setores secundários de profissionais manuais ligados ao vestuário, e peças de madeira e metais, e operários empregados nas fábricas, principalmente, de tecidos. Já 23.481 viviam do comércio, sendo a grande maioria, formada por estrangeiros (Benchimol, 1996 p.79).

As paróquias de Santana e Santo Antônio figuravam como locais de atividades manufatureiras, artesanais e comerciais da cidade. Essas paróquias reuniam, um grande contingente populacional num total de 10% do total de habitantes da cidade. Havia, ainda, outras formas de ocupação para a população dessas áreas ligadas às atividades de marítimos, de pescadores e, mesmo de lavradores. Nessas paróquias concentrava-se também um grande número de habitações coletivas para atender a população crescente. Nas áreas que compreendiam a Candelária e Santa Rita predominavam o comércio de importação e exportação, daí o grande número de marítimos e pescadores e indivíduos sem profissão específica.

Nessas áreas concentrava-se uma grande parte dos trabalhadores pobres e desqualificados, que procuravam estabelecimento em virtude da oferta de ocupação. Desses trabalhadores pobres muitos eram estrangeiros, principalmente, portugueses que chegavam ao Brasil atraídos pela propaganda de oferta de trabalho gerada pela iminência do fim da escravidão.

Como podemos observar na tabela abaixo, a população da cidade se concentrava nessas áreas, habitando nos cortiços que atendiam à demanda de moradia dos homens pobres. (ver tabela 1).

⁵ A idéia em relacionar o termo “classe perigosa” com a população pobre da cidade do Rio de Janeiro, da qual me utilizei, é discutida mais detalhadamente por Sidney Chalhoub na sua obra Cidade Febril.

Freguesias urbanas	População em 1870	População em cortiço	% população morando em cortiço	% população em cortiços da freguesia na população total de cortiços.
Candelária	9.239			
São José	20.220	2.022	10	9
Santa Rita	23.810	2.763	12	13
Sacramento	24.429	693	3	3
Glória	18.624	2.376	13	11
Santana	32.686	6.458	20	29
Santo Antônio	17.427	3.558	20	16
Espírito Santo	10.796	1.918	18	9
Engenho Velho	13.195	769	6	4
Lagoa	11.304	733	6	3
São Cristóvão	9.272	639	7	3

Tabela reproduzida de ABREU, M. de A; 1978.

Com o fim do tráfico de escravos em 1850, aumentou o número de estrangeiros nos quadros de empregados ou empregadores na cidade. Atraídos pelas maiores oportunidades surgidas, após o fim do tráfico, com maior oferta de empréstimos e trabalho, muitos estrangeiros vinham para o Brasil, sobretudo, para a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, encontravam dificuldades no país, já que muitos serviços ainda eram realizados por escravos. Segundo Lobo (1978), a presença de escravos nas atividades urbanas, no final do século XIX, era de 30 mil indivíduos. As ocupações desses escravos iam desde artífices, marítimos, pescadores, costureiras, lavradores e domésticos, até qualquer tipo de trabalho braçal realizado pelos não profissionalizados.

Desse modo, as oportunidades de trabalho eram restritas para os indivíduos livres e despossuídos que procuravam ocupação na cidade. Muitos ocupavam as vagas no comércio, nos serviços públicos e serviços urbanos, outros se empregavam nos demais expedientes que podiam oferecer algum tipo de trabalho. Mesmo assim, os estrangeiros encontravam dificuldades em encontrar ocupação, pois havia defasagem na oferta de trabalho, sempre menor em relação à mão-de-obra disponível.

A falta de “ocupação” era comum entre os estrangeiros os quais eram freqüentemente responsabilizados pela falta de empregos na cidade devido ao grande número de imigrantes competindo nos setores tradicionais de trabalho na cidade. Os estrangeiros, que a princípio dirigiam-se para as lavouras, acabavam abandonando o trabalho do campo e migrarem para a cidade. Em condições muitas vezes precárias, submetiam-se aos serviços mais subalternos e passavam a viver de qualquer “expediente” a fim de se estabelecerem na cidade, disputando as poucas vagas de trabalho existentes (Engel, 2005, p.32)

A falta de condições básicas de moradia, a pobreza crescente e a falta de presença do Estado aumentavam o descontentamento da população da cidade, transformando-a em um lugar de tensão. Nessas condições, desenvolve-se o “medo urbano”, entendida aqui como uma crescente desconfiança e angústia diante da cidade⁶. A presença desse contingente populacional de trabalhadores pobres da cidade era associada à idéia de desordem social. Acusados de vadiagem, esses trabalhadores eram tratados, freqüentemente, como “classe perigosa”.

Segundo Chalhoub, “as classes perigosas” eram compostas por todos os indivíduos sem ocupação e que já haviam passado pela prisão, mas o termo ganhou amplitude com M. A. Frégier, alto funcionário da polícia parisiense. Esse autor, ao descrever as áreas perigosas de Paris identificou péssimas condições de vida. A “classe perigosa” e “lugar de pobreza” acabaram por confundirem-se. A pobreza era, então, vista como indício da deterioração moral, dos vícios e da ociosidade dos indivíduos, por isso produtora de uma “classe perigosa” (Chalhoub, 1990, p.20).

Ao lado do crescimento da população aumentava também o número de cortiços, moradia barata e insalubre que atendia às necessidades da cidade em expansão. Todavia, não houve no Império nenhum plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro, que acompanhasse o crescimento da população. A solução para muitos moradores era viver nas casas de cômodos, nas casas de aluguel, ou nos cortiços.

A cidade manteve seu aspecto colonial de ruas estreitas, sujas, miseráveis e mal iluminadas, o que aumentava sua aparência de desordem. Nas ruas da Misericórdia,

⁶ Medo Urbano desenvolvido por Foucault no qual aborda que o medo se generaliza diante” das fábricas, da altura dos prédios, da população numerosa demais, medo de epidemias urbanas...”- Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 98)

Dom Miguel, do Largo do Moura e das vielas como Cotovelo, Fidalga, Ferreiros, Música, Moura e Batalha circulavam os trabalhadores pobres ao lado de indivíduos apontados como vadios e criminosos (Vaz, 1990).

Ficaria a cargo das autoridades policiais a manutenção da tranquilidade e a moralidade pública dessas áreas perigosas. Naqueles locais concentrava-se o controle das autoridades imperiais. O aumento da quantidade das instalações coletivas, das pequenas estalagens, das hospedarias e dos cortiços, principalmente, após a década de 60 do século XIX, devido ao aumento de número de estrangeiros e de escravos libertos ou que viviam sobre si, provocou um congestionamento de homens e moradias nessas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, o que levou as autoridades sanitárias a conter esse crescimento na área central da cidade.

Além disso, as autoridades enfrentavam a dissolução da escravidão no país que marcava sensivelmente a sociedade do Rio de Janeiro, uma vez que nas ruas da cidade era difícil distinguir o escravo do homem livre e pobre. Esses, constantemente, eram apontados como responsáveis pela perversão dos costumes. O modo de vida promíscuo era relacionado ao empobrecimento moral da camada pobre da sociedade, relacionada à vadiagem e ao desinteresse do povo pelo trabalho. Tal preocupação aumentava a medida que as leis abolicionistas foram adotadas. Do ponto de vista das autoridades imperiais, os libertos não estavam preparados para conduzirem a própria vida de homem livre. A submissão aos senhores, havia impedido que esses homens desenvolvessem noções de justiça, respeito e responsabilidade sobre seus atos. Temiam, então que esses libertos engrossassem as hordas dos desocupados, ociosos e, vissem no roubo a possibilidade de sustento fácil. Para coibir as ações "viciosas" desses libertos, coube ao estado a criação de hábitos de trabalho, tanto por meio de repressão, quanto através da educação. (Pamplona, 2003, p.252).

Como destaca Pamplona, para as autoridades os indivíduos vadios recusavam-se a pagar com o trabalho seu próprio sustento. Sendo assim, esses indivíduos tampouco se interessariam pelo bem-estar da sociedade e, por isso, estariam mais pré-dispostos ao crime. O fato de esses indivíduos preferirem a vadiagem ao trabalho contribuía para o aumento da pobreza deles próprios e de toda a sociedade. A pobreza passou, dessa forma, a ser o corolário para explicar a formação da "classe perigosa".

A proximidade da abolição da escravidão trouxe, então, a necessidade de estabelecer e organizar as novas bases das relações sociais, no que se referia à questão referente ao controle social. A atuação do Estado, nesse sentido, foi a adoção de medidas coercitivas. A ação social e a repressão das autoridades recaíram, sobretudo, sobre as práticas e costumes das populações pobres. Todo o modo de viver dessa gente foi tratado com intolerância e muitas vezes com a violência. Interessava as autoridades coibir as “ignorâncias, os preconceitos, ou a incúria” (Chernoviz, apud. Chalhoub, p. 178, 1996) da população pobre para que o país pudesse entrar na marcha do progresso e da civilização.

O objetivo principal das autoridades era a ordenação social. Mas a ordem pública seria realizada à luz da ciência com o controle cirúrgico das pessoas e de seus hábitos de vida. A fiscalização sanitária dos cortiços e de seus habitantes foi o reflexo da reordenação da política social do Estado imperial nas últimas décadas do século XIX, principalmente, com o fim iminente da escravidão.

A repressão e a vigilância sobre essa população de estrangeiros pobres, escravos e libertos tornaram-se mais severa em virtude das epidemias de varíola e febre amarela que grassavam a cidade. Os cortiços, as habitações coletivas e os quartos de alugueis foram considerados, pelas autoridades imperiais, lugares onde se propagavam as doenças, devido à falta de higiene dessas habitações. A responsabilidade sobre a transmissão das doenças, principalmente, febre amarela, recaiu sobre as áreas habitadas por essa camada social.

Com o surto da febre amarela de 1850, o Estado elaborou um plano de combate a essa doença que envolvia o controle dos indivíduos e a disciplinarização do espaço público. Foram, então, criados a Comissão dos Engenheiros e uma Junta de Higiene Pública com a finalidade de encaminhar as medidas de melhoramento urbano e de higiene da cidade. (Benchimol, 1996).

2.6

Reformas Urbanas e Medicina: médicos e epidemias

A febre amarela, segundo Benchimol (1996), chegou à cidade junto com a barca norte-americana que transportava mercadorias para o Brasil. Ao aportar na cidade do Rio de Janeiro a tripulação estava infectada com a febre amarela e a doença, então, espalhou-se pela cidade, e alguns foram morar num cortiço na rua Misericórdias. Na hospedaria, a doença provocou muitas vítimas, disseminando-se rapidamente para outras áreas da cidade. Da Misericórdia alcançou a Prainha e a Saúde e, daí os outros bairros da cidade, transformando-se numa epidemia que vitimou mais de quatro mil pessoas. Diante desse quadro epidemiológico, o Estado Imperial precisou atuar, tanto nas questões referentes ao plano urbanístico da cidade quanto na “higienização” da cidade.

Iniciava-se, assim, uma nova fase da relação entre o Estado e a sociedade, principalmente, em relação à população que ocupava o centro da cidade. As autoridades imperiais aumentaram o controle sobre as condições de higiene dessas áreas na tentativa de garantir a salubridade da cidade. A relação entre medicina e saúde sofreu mudanças, passando de uma medicina mais individual para uma medicina social basicamente preventiva. Sendo assim, mudava-se o foco de atuação dos especialistas, agora não eram tratados apenas os doentes e sim o meio ambiente que o cercava.

O projeto de posturas do Dr. José Pereira Rego⁷, apresentado à Câmara Municipal em 1850, propunha medidas de saneamento das habitações e a limitação do número de cortiços da cidade. Reconhecia que

as nossas valas de esgotos nunca ou quase nunca eram limpas; que constituíram o receptáculo de todas as imundícias das localidades por onde circulavam, e tornavam-se focos perenes de infecção miasmática mais ou menos profunda, contribuindo poderosamente para a insalubridade desta capital. (...). Quem viu esses batalhões de carregadores, atravessando a passo acelerado por certas ruas, como as da Guarda Velha, Ajuda, Ouvidor, Rosário, e outras, compostos, em sua maior parte de escravos,

⁷ Dr. José Pereira Rego integrou a Comissão Central de Saúde Pública, nomeada pelo Ministro do Império José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre), em 1850, para planejar as medidas sanitárias contra a epidemia de febre amarela que avançava sobre a cidade, juntamente com outros membros da Academia Imperial de Medicina, Presidiu a comissão, criada pelo Aviso de 23 de junho de 1876, encarregada de estudar os fatores que tinham contribuído para a persistência e o desenvolvimento da febre amarela, e apontar os procedimentos necessários para eliminá-los.

ou pretos libertos já velhos, estropiados e bêbados, que encontravam nesse trabalho um meio mais lucrativo do que outros, (...). (Apud RIBEIRO, 1992, p.147-148)

Para Pereira Rego, o aperfeiçoamento e processo da higiene pública estavam relacionados ao aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita, sendo assim a higiene seria, então, o espelho que refletiria as conquistas da sociedade no caminho da civilização (Chalhoub, 1996).

A idéia, defendida por Rego, de aperfeiçoamento das normas e regras destinadas à higiene pública para aperfeiçoar a moral do povo, contribuiu para os futuros discursos das autoridades imperiais, na tentativa de controlar e civilizar o “povo” em geral. Novas medidas acerca de higiene pública foram adotadas com a finalidade de educar a população para hábitos mais saudáveis. Para tanto, a atuação do Estado nas questões destinadas à higiene pública era fundamental no tocante às habitações coletivas que o cada ano aumentavam na cidade.

O poder político do Império poderia atuar no sentido de regular, intervir e policiar todas as áreas que pudessem oferecer perigo à saúde da cidade e dos seus indivíduos. Destruir os espaços perigosos, transformando a desordem existente em ordem, através de um trabalho contínuo e sistematizado de vigilância e controle da vida social, era o que pretendiam as autoridades da época. Esse trabalho seria realizado em parceria, o Estado atuando no controle social, e os médicos, com o conhecimento específico para pôr fim às doenças e às áreas que ofereciam perigo à sociedade.

A emanação das doenças a partir dos espaços miseráveis estava na concepção, do século XIX, do modo como eram transmitidas as doenças. Entendia-se que essas eram transmitidas através de contágio direto entre o indivíduo sadio e o doente e, ou indiretamente, a partir do contato do indivíduo com algum objeto manipulado pelo doente. O contágio, segundo essa abordagem, independia das causas, salvo as condições climáticas, mas do contato. As causas das doenças seriam reflexas da promiscuidade das habitações coletivas as quais permitiam o contato direto entre seus moradores e, com isso, a propagação das moléstias.

As autoridades concordavam que os ambientes em que existiam moradias pouco iluminadas, úmidas, sem ventilação e sujas eram os locais propagadores dos males que grassavam à cidade. Esses locais e, os indivíduos que ali viviam, passaram a ser responsabilizado pelos surtos das doenças e, como tais, foram constantemente inspecionados pelas autoridades.

Outra forma de compreensão da transmissão da doença era através dos “miasmas mórbidos” (Chalhoub, 1996, p.169) causados por animais e plantas em putrefação. Ao liberar sua essência, eles provocariam a contaminação da atmosfera e, conseqüentemente, as doenças seriam disseminadas aos indivíduos sãos. Dessa forma provocariam, os ares pestilentos, as doenças infecciosas. Para os médicos, a malária, doença endêmica no Rio de Janeiro, era de cunho infeccioso e, por isso, não era transmitida de pessoa para pessoa através do contato, não se expandindo para áreas distantes, ficaria contida em um determinado ambiente, em geral, de promiscuidade ou em áreas insalubres.

Já a varíola, outra doença muito comum nas cidades do século XIX, era tratada como doença contagiosa, ou seja, dependente do contato entre os indivíduos. Nesse sentido, a doença independia das condições climáticas ou de exalação das matérias em decomposição. A Junta de Higiene passou a ter atribuições de intervenção e policiamento das áreas que pudessem se transformar em focos de doenças, pretendendo transformar os espaços desordenados em ambientes ordeiros, através de um trabalho contínuo de vigilância e controle da vida social. O controle da sociedade foi feito também pelas equipes de saúde que passaram a ter autoridade quando o assunto era higiene e melhorias públicas.

A cidade, então, passou a ser tratada à luz da medicina social. E as habitações coletivas que representavam a “desordem” passaram a ser alvos dos agentes de saúde. O espaço urbano, para os médicos precisava ser “arejamento”, uma vez que relacionavam as doenças às condições atmosféricas e à insalubridade do ar. Com a epidemia de febre amarela no ano de 1879, a atuação da Junta Central de Higiene Pública foi mais intensa no combate aos focos de epidemia. Como solução para esse problema, considerou-se a necessidade de se construir “domicílios salubres a baixo preço para as classes pobres” (Benchimol, 1996, p.150) habitações populares para

substituírem as coletivas que se multiplicavam nas regiões centrais da cidade. O projeto encaminhado pela Junta à Câmara em 1879, sugeria à construção de habitações de acordo com as normas de higiene às quais os donos dos “cortiços” deveriam se ajustar a fim de garantir uma “boa reprodução moral dos trabalhadores” (Benchimol, 1996: 151).

As primeiras medidas recaíram sobre a lotação dessas habitações coletiva e limitar o número de moradores desses locais significava, para as autoridades, ter um ambiente mais saudável. Com essas medidas, as autoridades buscavam também restringir o número dos “cortiços” no centro da cidade, principalmente, nas áreas da Praça Duque de Caxias, no Catumbi e no Saco do Alferes. A postura da Câmara de 1881, sobre as habitações coletivas, autorizou a fiscalização das construções dessas moradias. Os “arquitetos” estabeleceram como modelo para as novas construções desde a altura do pé direito das portas e janelas, até o nível do assoalho.

A preocupação com a limpeza desses locais foi também constante, exigiam do proprietário a manutenção da higiene do lugar e a caiação das fachadas de cada casinha duas vezes ao ano. A Junta estaria encarregada, ainda, de fiscalizar as melhorias feitas nesses espaços.

Efetivamente, as melhorias nas habitações dos “trabalhadores” foram realizadas com a concessão das obras para as grandes companhias privadas. Alguns cortiços cederam o espaço para as “construções salubres” destinadas à moradia com essa finalidade. Nesse período, as autoridades consideravam a inviabilidade de expulsar essa “grande massa proletarizada” (Benchimol, 1996:151) do centro para as periferias da cidade. Alegavam carestia em relação a melhorias urbanas e falta de transporte público.

As altas temperaturas, a umidade, os locais pantanosos, os vários morros que circundavam a cidade eram apontados como causas da insalubridade, pois impediam a circulação do ar. Por isso, propunham aterramentos das áreas pantanosas e a destruição de morros das áreas centrais da cidade, propostas que visavam uma nova edificação para a cidade. A cidade construída sem método por especuladores preocupados com o lucro da exploração das habitações coletivas teria que ser submetida a um projeto de reurbanização que previa a expansão urbana; construção

de casas salubres; alargamento das ruas; construção de praças; instalação de redes de esgotos e água encanada e arborização.

2.7

A atuação da polícia sobre a população pobre da cidade do Rio de Janeiro

A concepção das autoridades do século XIX sobre “pobreza” e “classe perigosa” e sua relação, fundamentou as estratégias de atuação da polícia na repressão às “classes perigosas” compostas tanto de escravos quanto de homens livres e pobres da cidade. Para controlar e dirigir o comportamento público das pessoas pobres da cidade a polícia foi constantemente acionada. A repressão recaía sobre os indivíduos cujo comportamento punha em risco a ordem social estabelecida. As autoridades além de preocuparem-se com o comportamento dos indivíduos isoladamente, focavam os espaços onde a “classe perigosa”, habitava, pois a intenção era delimitar as áreas da cidade tidas como perigosas. (Bretas, 1997).

Essas áreas ocupadas pelas “classes perigosas”, com suas casas coletivas, o lixo acumulado em frente às entradas dos cortiços, não correspondia aos padrões da desejada sociedade moderna. Muito menos facilitava ao poder público agir sobre os problemas gerados pela falta de higiene desses locais, sem a presença do efetivo policial.

A polícia contribuía, nesse sentido, para a transformação da cidade colonial cujas práticas cotidianas comprometiam a transformação em cidade moderna. Isso significava o envolvimento da polícia em todos os aspectos da sociedade, da vida privada às questões públicas. A polícia estava encarregada de intervir e normalizar os costumes da cidade (Bretas, 1997).

Todos os problemas da cidade ligados à vadiagem, à mendicância, à violação ao toque de recolher, ao desacato às autoridades, ao insulto geral, embriaguez pública e crimes como roubo, assaltos, homicídios eram conduzidos pelas forças policiais da

cidade. A mesma força policial que reprimia a vadiagem também cuidava dos crimes de homicídio, pois não havia distinção entre um problema e outro, todos os “crimes” tinham o mesmo tratamento.

A polícia, como força coercitiva, era fundamental para a fiscalização e regulamentação da ordem privada, principalmente, no momento em que a instituição da escravidão chegava ao final. A sociedade escravista havia delegado aos senhores donos de escravos o poder de controlar a sociedade de maneira privada. Antes os senhores donos de escravos eram responsabilizados pelo controle sobre os cativos, agora, encontrava esse modelo de controle encontrava-se em franca dissolução. Era necessário, pois, repensar a ordem pública em uma sociedade de homens livres, repensar a forma como exerceria, as autoridades imperiais, o controle sobre essa nova sociedade. A escravidão em vias de extinção, a entrada de imigrantes com a finalidade de substituir essa mão-de-obra, crítica ao sistema monárquico de governo e por fim, o projeto que previa a modernização urbana e dos costumes da sociedade, enfim, todo o projeto de mudanças requereria uma nova ordem social.

As autoridades imperiais voltaram-se, então, para uma atuação mais efetiva sobre a população de homens livres. Interessava que esses trabalhadores pobres ingressassem, como força de trabalho, aos novos parâmetros produtivos.

Diante dos graves problemas enfrentados pela cidade que iam desde as doenças até os lugares de moradia da população pobre, formulavam-se soluções com a finalidade de incorporar “as classes perigosas” ao mundo do trabalho disciplinado, segundo os padrões europeus.

Segundo Bretas (1997), os conflitos entre os trabalhadores interessados em preservar as práticas sociais tradicionais ou costumeiras acabaram em choques frequentes com as autoridades interessadas em impor um novo paradigma social. As “guerras nas ruas” (Bretas, 1997) foram reflexos da modernidade⁸ que acabou comprometendo os costumes e saberes populares. A revolta da população que gerou o conflito da “revolta do vintém” como observaremos, pode ser analisada à luz da política de governo de ordenação da sociedade. Através da imposição e da violência o grupo do poder criou um modelo de civilização o qual a sociedade deveria incorporar.

⁸ A modernidade era atribuída às novas idéias, costumes, gostos e tecnologia vindos da Europa.

A disciplina, a higiene, e despertar o gosto pelo trabalho nas classes perigosas eram pontos essenciais para a formação da sociedade brasileira.

Um dos motivos encontrava-se na própria conformação da cidade a qual crescera desordenadamente, sem intervenção do poder público. A “desordem”, segundo as autoridades da época, advinha da falta de lugares específicos para estabelecerem os inúmeros grupos sociais que habitavam as áreas centrais da cidade, lado a lado com os prédios de governo, junto às ruas mais elegantes e, principalmente, com os lugares de grandes transações comerciais.

A cidade favorecia essa ambigüidade na medida em que conviviam, no mesmo espaço, os tipos mais dispares da sociedade. Em inúmeras crônicas de Machado de Assis, João do Rio, entre outros escritores que escreviam sobre o cotidiano da cidade, aparecem convivendo no mesmo espaço as damas e as prostitutas, os ladrões e os trabalhadores. Todos, enfim, que buscavam na cidade a diversão ou o trabalho. A convivência entre esses grupos, porém, nem sempre foi tranqüila, o que podemos constatar pelo número de queixas recebidas pela polícia denunciando os “maus hábitos e costumes”.

Essas áreas, onde o convívio entre seus habitantes era conflituoso, eram consideradas perigosas. Constantemente precisavam da intervenção da polícia para resolver as questões de conflito público ou mesmo partícula. Tais locais, como o morro da Providência, eram habitados por trabalhadores, bem como pelos vagabundos, desertores e criminoso, causando o sobressalto das “famílias de bem que ali viviam. As autoridades reconheciam a dificuldade em policiar a área” por não haver ruas”, nem tampouco bico de gás para iluminação pública, ou seja, ruas que possibilitassem o acesso das autoridades policiais (Breta, 1997, p75). Por outro lado ao declarar a dificuldade de “entrar” nas áreas perigosa das cidade, as autoridades imperiais reconheciam as condições miseráveis de muitos trabalhadores da cidade que conviviam com os marginais e ainda moravam em lugares sem infra-estrutura, esquecidos pelas autoridades públicas.

Além do morro da Providência existiam outras áreas de grande periculosidade. A forma de atuação policial era variada segundo os casos denunciados. Para as

denúncias feitas por cartas anônimas abriam-se as averiguações; caso fosse constatada a denúncia, estabelecia-se a detenção do acusado.

A polícia do Rio de Janeiro não atuava somente nas questões relativas “aos pequenos e grandes dramas individuais” (Bretas, 1997), sua função se estendia à coibição e controle dos movimentos ou manifestações coletivas que pudessem ameaçar a ordem pública. As festas populares da cidade, que reuniam um grande número de indivíduos, eram sempre policiadas a fim de se evitar a eclosão de algum tipo de conflito. As manifestações populares iam muitas vezes além das festas, também ocorrendo através dos movimentos reivindicatórios que tinham nas ruas da cidade o local de sua representatividade. A revolta sobre o aumento das passagens de bonde foi um exemplo representando o sentimento da população que não encontrava nos canais da política formal lugar para suas opiniões. Tais manifestações percebidas como distúrbios da ordem, acionavam imediatamente a polícia. A ameaça à ordem pública acabava possibilitando práticas repressivas fora da lei, e aos poucos eram incorporadas como ações cabíveis diante dos movimentos sociais.

A polícia agia ainda em outros espaços públicos, como os bares, os botequins, os teatros, as competições esportivas e os lugares de jogos. A concentração de pessoas nesses locais, a bebida e as diversidades dos grupos freqüentadores eram focos de conflito, por isso a polícia estabelecia a vigilância desses lugares. Então, podemos concluir que todas as coisas que se relacionavam ao espaço da “rua” eram visto com perigoso uma vez que as “classes perigosas” experimentavam com maior intensidade esses espaços da vida urbana da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

Além disso, segundo a visão das autoridades que pretendiam a ordem da cidade, a “rua” era o lugar dos vícios e como tal corrompia os trabalhadores na medida em que arruinava o comportamento ordeiro e disciplinado, características necessárias ao trabalho livre. Os jogos, os bares foram sempre alvos das ações policiais. Controlar os horários dos bares e pôr fim às casas de jogos eram prerrogativas da polícia da cidade, que reconhecia nessas práticas a dissolução dos costumes. O argumento da polícia em relação ao jogo era moral, por impingir aos operários, à criadagem, às mulheres e até mesmo às crianças uma “apavorante

vertigem de alcançar lucros em trabalho sem esforço digno (...) da ambição por dinheiro, pelo jogo – e daí pouco a pouco fogem a ordem, a decência, a virtude e a paz”.⁹ São meretrizes, menores de rua, cáftens, “gatunos”, operários, os sem profissão, mendigos, criminosos, vigaristas, os indivíduos que aparecem nos registros policiais, dos quais podemos obter uma visão parcial dos diversos grupos que compunham a sociedade da cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, é apenas nesses registros que esses grupos aparecem, destacando a atuação repressiva do Estado sobre os mesmo como a única política social de atuação a essa camada popular.

⁹ (obra citada por Bretas, 1997, p. 87)